

Remetente (pessoa jurídica):**CNPJ**

03.985.113/0001-81

Nome da instituição

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Setor

GABINETE DA SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA

Responsável pelo envio (Pessoa física):**Nome**

CYNTHIA MARIA CARVALLO LOSSO

Telefone

(41)3330-8703

E-mailGABPRES@TRE-PR.JUS.BR**Destinatário:****Nome**

À Sua Excelência a Senhora Ministra ROSA MARIA PIRES WEBER

Setor

Presidência

Descrição do documento

Ofício nº 248/2023-PRESID - Encaminha Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica nº 019/2022 CNJ/ENFAM.

Documento Sigiloso?

- Sim

Anexos

Ofício 248 - Ao CNJ. Encaminha Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos.pdf
Anexo-II-ao-Termo-de-Cooperacao-Tecnica-no-019_2022.pdf

- Declaro que as informações fornecidas são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito à invalidação do protocolo e às penas da legislação pertinente em caso de fornecimento de dados falsos.
- Declaro que tenho ciência de que este canal não deve ser utilizado para o encaminhamento de peças processuais, sob pena de devolução dos documentos, nos termos da Portaria Nº 52 de 20/04/2010.



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
PRESIDÊNCIA

Ofício nº 248/2023 - PRESID

Curitiba, 31 de março de 2023.

À Sua Excelência a Senhora
Ministra ROSA MARIA WEBER
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Por e-mail

Senhora Presidente,

Cumprimentando-a, em atenção ao convite encaminhado por esse Conselho Nacional de Justiça, por meio do Ofício-Circular GP nº 41/2023, informo a adesão deste Tribunal Regional Eleitoral ao Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos, formalizada pelo Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica nº 019/2022 CNJ/ENFAM, que segue em anexo.

Aproveito a oportunidade para enviar minhas cordiais saudações.

Des. COIMBRA DE MOURA
Presidente

ANEXO II AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 019/2022

**TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA Nº 019/2022 CNJ / ENFAM, SOB A ÉGIDE DO
PACTO NACIONAL DO JUDICIÁRIO PELOS DIREITOS
HUMANOS.**

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador WELLINGTON EMANUEL COIMBRA DE MOURA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Termo de Cooperação Técnica nº 019/2022, sob a égide do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos, mediante cooperação técnica e operacional com vistas à adoção de medidas variadas voltadas para a concretização dos Direitos Humanos no âmbito do Poder Judiciário.

O Presidente, Desembargador, Wellington Emanuel Coimbra de Moura, declara firme vontade de desenvolver ações para a proteção e promoção dos Direitos Humanos, com ênfase no controle de convencionalidade, em conformidade com a Recomendação CNJ nº 123, de 7 de janeiro de 2022, que recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a observância dos tratados internacionais de Direitos Humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, bem como a necessidade de controle de convencionalidade (artigo 1º, I, da Recomendação nº 123/2022).

O presente Instrumento tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a promoção da cultura de Direitos Humanos, com ênfase no controle de convencionalidade, no Poder Judiciário.

1. ATUAÇÃO COORDENADA: o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná buscará desenvolver ações coordenadas com o Conselho Nacional de Justiça visando à efetividade e qualidade da concretização dos Direitos Humanos no âmbito do Poder Judiciário, com especial enfoque no controle de convencionalidade.

2. GESTOR LOCAL: indica para gestor local do presente instrumento o Sr. JILLIAN ROBERTO SERVAT, Cédula de Identidade nº 7.882.401-8/

PR, CPF nº 006.586.889-79, endereço eletrônico: coeje@tre-pr.jus.br, telefone (41) 3330-8803, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas na Cláusula 4.2 do Presente Termo de Adesão.

3. VIGÊNCIA: o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura.

4. RESPONSABILIDADES:

4.1 São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:

4.1.1 Coordenar, executar e supervisionar as ações do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos;

4.1.2 Promover a articulação entre os órgãos do Poder Judiciário e os partícipes, com vistas à realização das ações objeto do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos;

4.1.3 Auxiliar no planejamento e no desenvolvimento de cursos de capacitação realizados em parceria com a ENFAM sobre o tema de Direitos Humanos, com enfoque no controle de convencionalidade;

4.1.4 Fomentar a participação dos tribunais nos cursos de capacitação sobre o tema de Direitos Humanos, com enfoque no controle de convencionalidade;

4.1.5 Intercambiar documentos e apoio técnico-institucional necessários à execução do objeto;

4.1.6 Responsabilizar-se pela articulação institucional com as Escolas Judiciais Estaduais e Federais, ENFAM, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Comissão Interamericana e o Max-Planck-Institute for Comparative Public Law and International Law para a realização de ações de capacitação destinadas a magistrados e magistradas, bem como para servidores e servidoras do Sistema de Justiça Brasileiro;

4.1.7 Disponibilizar aos partícipes as pesquisas e cartilhas produzidas por meio das ações do projeto;

4.1.8 Divulgar as ações do projeto e os respectivos resultados obtidos.

4.2 São responsabilidades gerais do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná:

4.2.1 Indicar, conforme a respectiva área de atuação de cada partícipe, pessoal técnico para auxiliar a equipe do CNJ nas atividades de planejamento de seminários, de cursos de capacitação e da campanha de divulgação das ações;

4.2.2 Prestar apoio logístico, sempre que possível, nas plataformas virtuais e nos locais de realização dos seminários e cursos;

4.2.3 Divulgar as peças de comunicação disponibilizadas pelo CNJ (meio físico e eletrônico);

4.2.4 Viabilizar a participação dos profissionais que compõem sua força de trabalho nos seminários e nos cursos de capacitação presencial;

4.2.5 Fomentar medidas visando à inclusão da disciplina de Direitos Humanos nos editais dos concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura, com destaque ao sistema interamericano, jurisprudência da Corte Interamericana, controle de convencionalidade, jurisprudência do STF em matéria de tratados de Direitos Humanos e diálogos jurisdicionais;

4.2.6 Divulgar as ações do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos e os respectivos resultados obtidos.

5. PUBLICAÇÃO: O extrato do presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União, pelo CNJ, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/1993.

Curitiba, 28 de março de 2023.

DES. WELLINGTON EMANUEL COIMBRA DE MOURA
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
Presidente

DR. THIAGO PAIVA DOS SANTOS
Diretor Executivo da Escola Judiciária Eleitoral do Paraná